Processo *irreversível*

Com a desvalorização cambial, os produtos argentinos ficam mais competitivos e nossas exportações mais caras

ARGEMIRO LUÍS BRUM

A economia argentina vinha dando sinais de enfraquecimento há anos; em dezembro passado completara cerca de 44 meses contínuos de recessão. Pela lógica econômica não havia condições de sustentar a paridade cambial de um peso por um dólar estadunidense. No entanto, a Argentina persistiu e hoje paga muito caro por seu erro. O grande pecado argentino foi ter protelado a reforma cambial que o Brasil, ainda em janeiro de 1999, se viu forçado a fazer. Outros países, durante toda a década de 90, haviam passado por isso – o México, no final de 1994; os diferentes países da Ásia, em 1997; a Rússia, em 1998, para ficar com os casos mais expressivos.

A tal ponto chegou o erro argentino que seus dirigentes deixaram para desvalorizar a moeda quando não havia mais reservas para bancar o processo. Juntamente com a desvalorização o governo argentino se viu obrigado a declarar uma moratória de sua dívida externa, comprometendo a entrada de investimentos diretos externos e assustando os capitais já implantados no país.

ARGEMIRO LUÍS BRUM é professor do DECon/Unijui, doutor pela EHESS de Paris-França, coordenador, pesquisador e analista da Central Internacional de Análises Econômicas e de Estudos de Mercado Agropecuário (Ceema).

Para sair dessa situação, o país vizinho levará tempo. Possivelmente todo o ano de 2002. No cerne da crise está o déficit público (o Estado gasta mais do que arrecada), fato que gera um rombo por onde escoam os recursos gerados localmente e emprestados externamente – inclusive os recursos das privatizações, que em muitos casos se justificavam. A situação se torna ainda mais grave quando tal déficit não implica benefícios para a sociedade.

O processo cambial que ora se instala na Argentina é irreversível. A desvalorização do câmbio se manterá e deverá anualmente acompanhar a paridade do poder de compra entre a Argentina e os EUA. A questão mais imediata é observar em que nível a relação cambial se estabilizará. Por enquanto, uma coisa é certa: a desvalorização correta tende a ser muito superior à que até agora ocorreu. Muito provavelmente se aproximará dos níveis estabelecidos pelo real (a moeda brasileira), podendo até mesmo ultrapassá-los durante este ano.

Toda e qualquer desvalorização de moeda é um instrumento de competitividade do país que a executa, no contexto do mercado internacional. Os produtos que esse país exporta se tornam mais baratos em dólares no exterior, enquanto os produtos que ele importa chegam mais caros em moeda nacional.

Produtos mais competitivos

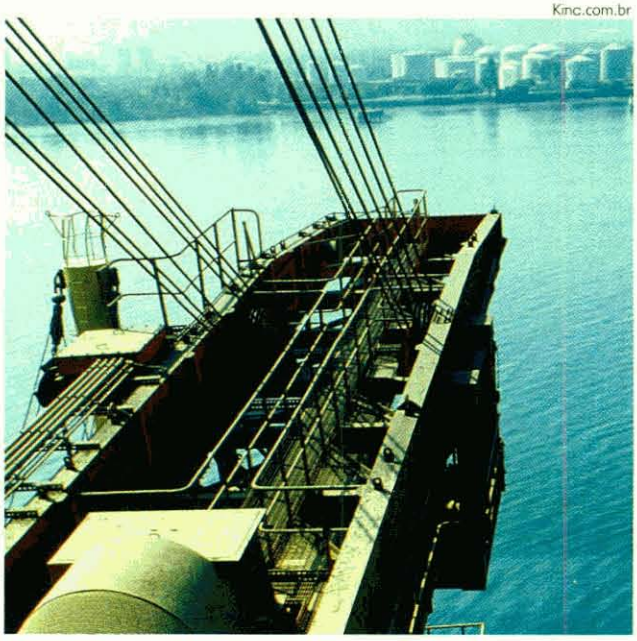
No caso da Argentina, um país essencialmente agroindustrial, uma série de produtos primários se tornam, a partir de agora, mais competitivos no mercado mundial, inclusive no interior do Brasil. Entre eles podemos citar: trigo e farinha de trigo, vinho, arroz, milho, óleo de girassol, óleo de soja, farelo de soja, carne bovina, maçã, leite e derivados. Tal realidade alterará completamente as relações comerciais com o Brasil e particularmente com o Rio Grande do Sul. Os produtores nacionais de tais produtos terão maior concorrência e, portanto, uma dificuldade adicional para manterem seu espaço de mercado.

Os dirigentes argentinos deixaram para desvalorizar a moeda quando não havia mais reservas para bancar o processo. Com a desvalorização o governo se viu obrigado a declarar uma moratória da dívida externa, comprometendo a entrada de investimentos diretos externos e assustando os capitais já implantados no país.

Por outro lado, os produtos que exportamos para os argentinos, como as carnes suína e de frango, ficarão mais caros no país vizinho e devem sofrer uma redução de consumo, tão mais acentuada quanto mais existir a possibilidade de substituição por um produto similar.

No caso específico do trigo, a situação tenderá a rapidamente desmotivar a retomada da produção tritícola nacional, que já enfrentava dificuldades. No ano comercial 2001/02, de fevereiro a janeiro, o Brasil produziu 3 milhões de toneladas (1 milhão no Rio Grande do Sul), tendo que importar aproximadamente 7,2 milhões de toneladas, já que nosso consumo interno beira 10 milhões de toneladas. Diante da pouca oferta existente e dos altos preços de importação até então registrados, o trigo nacional iniciou o ano de 2002

Kinc.com.br



com preço médio de R$15,00/saco ao produtor no balcão. Um preço 27% superior ao registrado na mesma época de 2001 – uma valorização bem acima da inflação oficial, a qual ficou em 7,67% (IPCA-IBGE) no ano passado. Em dólares, o preço do trigo iniciou o ano valendo US$6,52/saco, preço bem abaixo da média dos últimos 10 anos, que é de US$7,66/saco.

Essa realidade tende a se modificar em 2002/03. O trigo argentino, que representa cerca de 95% de nossas importações do cereal, assim como a farinha, entrará no Brasil mais barato. Não se pode esquecer que a produção tritícola da Argentina, neste ano, chegou a 17 milhões de toneladas, havendo um pouco mais de 12 milhões de toneladas disponíveis para exportação.

A possibilidade de abastecimento na Argentina sobre novas bases de preço forçará os preços do trigo nacional a um recuo e, se não houver intervenção federal, deverá levar à redução da área plantada com o cereal. Mesmo que o Brasil necessite sempre do produto nacional para fazer a tradicional mistura, o volume produzido no Brasil e no Rio Grande do Sul poderá recuar em 50%, chegando a níveis vistos no passado recente, ou seja, algo entre 1,5 e 2 milhões de toneladas (400 a 600 mil toneladas no Rio Grande do Sul). Com a agravante de que a produção recentemente colhida foi boa e deve formar estoque de passagem relativamente importante, que poderá pressionar ainda mais o mercado interno neste novo ano.